



**ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quarenta e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Marcio Fernandes e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Muito bom dia, senhoras e senhores! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados! "Ata da Décima Nona Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quarenta e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** - Lida e aprovada a Ata Dois da Décima Oitava Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário, foram lidos os seguintes expedientes: Mensagem nº 8/2024, do Poder Executivo; Ofício nº 30960/2024, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Ofício nº 263/2024, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 1.287 e 1.296/2024, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 406, 409 e 413/2024, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande; Ofício nº 931/2024, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande; Ofício nº 409/2024, da Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande; Cartas nºs 1174 e 1175/2024, da Águas Guariroba. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** - Usaram da palavra os deputados Antonio Vaz, Caravina, Pedro Kemp, Pedrossian Neto, Paulo Duarte, Lídio Lopes e Zeca do PT. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Lucas de Lima, Gleice Jane, Paulo Corrêa, Roberto Hashioka, Neno Razuk, Zé Teixeira, Marcio Fernandes e Lia Nogueira. **GRANDE EXPEDIENTE** - Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp e João Henrique. **ORDEM DO DIA** - Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Resolução nº 16/2023, de autoria das deputadas Gleice Jane, Mara Caseiro e Lia Nogueira; Projeto de Lei nº 32/2024, de autoria do deputado Roberto Hashioka. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 352/2023, de autoria do deputado Professor Rinaldo. O deputado Coronel David pediu vista do requerimento de autoria do deputado Zeca do PT (Protocolo nº 668/2024). Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção congratulação, de autoria da Casa, de entrega de Diploma de Ilustre Visitante ao senhor Teiji Hayashi – embaixador do Japão no Brasil; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à atleta Tatiane Lorena Bérgamo Santin, que escreveu seu nome na história das maratonas ao conquistar a Mandala Six Majors; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais militares e policias civis, pelo reconhecimento ao realizar uma ação no município de Costa Rica, visando reprimir o tráfico de drogas na região; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais militares da 11º Companhia de Polícia Militar do Estado de Mato



Grosso do Sul, 3º Pelotão da Força Tática, por barrarem a ação de um indivíduo que vinha praticando vários assaltos no município de Campo Grande; requerimento de moção de aplauso, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos conselheiros tutelares Sérgio Luiz Barbosa Júnior, Syelle Ferreira Côrrea, Daniela da Silva, Adriana Gonçalves Dias, Alice Arakaki Yamazaki, em razão da posse dos conselheiros tutelares do 6º Conselho Tutelar da Região do Anhanduizinho, no município de Campo Grande; indicações, de autoria dos deputados Renato Câmara, Coronel David, Mara Caseiro, Pedro Kemp, Zé Teixeira, Antonio Vaz, Caravina, Lia Nogueira, Gerson Claro, João Henrique. O senhor presidente suspendeu a Sessão Ordinária para uso da tribuna pela senhora Sumara Leal, vereadora do município de Cassilândia, e pela senhora Rhaiza Matos, prefeita do município de Naviraí, com o objetivo de discorrer sobre violência de gênero na política, tendo em vista os recentes episódios de violência sofridos pelas autoridades. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e seis de março do ano de dois mil e vinte e quatro." Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, no exercício da primeira-secretaria, o deputado Marcio Fernandes, para a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Marcio Fernandes - MDB) — Expediente da Sessão Ordinária de 27 de março de 2024: Mensagem nº 9/2024, do Poder Executivo, encaminhando o projeto de lei que concede benefício de assistência médico-social aos aposentados e aos pensionistas dos órgãos da administração direta, das autarquias e das fundações do Poder Executivo estadual, na forma que especifica (Prot. nº 0863/2024); Ofícios nºs 4 e 13/2024, da Fundação Nacional de Saúde, respondendo às indicações dos deputados Gleice Jane e Rafael Tavares (Prot. nº 2721/2023); Ofício nº 405/2024, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, respondendo às indicações do deputado Rafael Tavares (Prot. nº 4754/2023); Ofícios nºs 873, 882 e 885/2024, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Coronel David e Marcio Fernandes (Prot. nºs 6996/2023, 356/2024, 260/2024); Cartas nºs 252 e 258/2024, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Pedrossian Neto e Renato Câmara (Prot nºs 021/2024, 605/2024). Foi lido o expediente, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Marcio Fernandes.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Senhor presidente, vou fazer duas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao governador do estado, senhor Eduardo Correa Riedel, com cópia ao secretário de estado de Educação, Hélio Daher, solicitando a manutenção e reforma da Escola Estadual 13 de Maio, localizada no município de Sete Quedas. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao governador do



estado, senhor Eduardo Correa Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo, ao prefeito Maycol Henrique Queiroz Andrade, do município de Paranaíba, e ao vereador Fabiano Morais Agi, do município de Paranaíba, solicitando a realização de pavimentação asfáltica da rodovia MS-483 (Bento Macedo de Jesus), especialmente no perímetro da ponte do Guilhermão, município de Paranaíba. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP - (PT) — Senhor presidente, eu peço autorização para fazer a leitura das minhas indicações aqui da Mesa Diretora... Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Marcelo Miglioli, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, solicitando a recuperação do parque infantil da Orla Morena. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Euro Nunes Varanis Júnior, superintendente regional do Dnit no estado de Mato Grosso do Sul, solicitando a recuperação da sinalização de trânsito da BR-262, em frente à Escola Estadual Antônio Nogueira da Fonseca, no município de Terenos. A via é bastante movimentada, com constante tráfego de veículos pesados, e apesar da existência de redutor de velocidade, não há sinalização indicativa da velocidade no local, o que inclusive já foi motivo de acidente no local. Era o que eu tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e nobres parlamentares! Eu trago duas proposições. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado, com cópia ao senhor Jaime Verruck, da Semadesc, solicitando a aquisição de duas motos para a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do município de Coxim. As motos permitirão que os funcionários se desloquem com maior rapidez e eficiência pelos assentamentos rurais, facilitando a fiscalização, autorização de apoio técnico e acompanhamento dos projetos em andamento. Além disso, possibilitarão uma resposta mais ágil em caso de emergência ou demandas urgentes nessas áreas. Esta proposta foi enviada ao nosso gabinete pelo vereador Zanon Lamunier. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado, com cópia aos representantes legais das empresas de telefonia Vivo, Claro, Oi, TIM, bem como ao gerente da unidade operacional do estado de Mato Grosso do Sul da Anatel, senhor Jauri Carlos Joton, solicitando a instalação de antenas para cobertura de capacitação, captação, e transmissão dos sinais de telefonia de alcance no município de Anaurilândia. A proposta atende à solicitação encaminhada ao nosso gabinete pelo senhor Ronei Adriano Pardini. Era o que eu tinha, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Senhor presidente, deputadas, deputados, público presente, assistentes, imprensa e público que nos acompanha pelas redes sociais, pela TV Assembleia e pela Rádio Alems, bom dia! Indico à Mesa, nos termos do artigo 73 do Regimento Interno, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à senhora Maria Fernanda Balestieri Mariano de Souza, diretora-geral do Bioparque Pantanal, estendida aos demais funcionários do Bioparque, pelos dois anos de funcionamento do maior aquário de água doce do mundo. Se aprovada, a presente moção deverá ser redigida da seguinte forma: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por proposição do deputado Caravina, congratula-se com a senhora Maria Fernanda Balestieri Mariano de Souza, diretora-geral do Bioparque Pantanal, pelos dois anos de funcionamento do maior aquário de água doce do mundo. O Bioparque Pantanal, desde sua inauguração, tem sido referência em pesquisas voltadas à fauna local e sem dúvida uma das rotas turísticas mais atrativas de Mato Grosso do Sul. Inaugurado em 28 de março de 2022, o maior aquário de água doce do mundo é um espaço firmado por importantes pilares: educação ambiental, conservação, pesquisa, inovação, lazer, cultura e inclusão. Devido ao serviço prestado à frente da diretora-geral do Bioparque Pantanal, a senhora Maria Fernanda Balestieri Mariane de Souza é merecedora desta homenagem. Quando eu assumi como secretário adjunto de Infraestrutura (e o secretário titular era o hoje governador Eduardo Riedel), havia muitas dúvidas e muitas dificuldades relativas à conclusão do parque, que até então era aquário, e depois recebeu o nome de Bioparque Pantanal. Houve vários problemas envolvendo a obra, todo o mundo se recorda, houve apurações do Ministério Público e de vários órgãos de controle. Mas a obra foi concluída pelo governador Reinaldo Azambuja. Aí veio o segundo desafio: administrar um aquário daquela dimensão, o maior aquário de água doce do mundo. Mais que funcionar como um aquário, o local deveria superar tudo aquilo que aconteceu de negativo e assim orgulhar a população de Campo Grande e a população sul-mato-grossense. Esta moção para a Fernanda e toda a sua equipe foi elaborada porque ela conseguiu desenvolver um trabalho sensacional no Bioparque. O Bioparque não é só um local de lazer e turismo, é um local de inclusão, de inovação e de tecnologia, é referência no Brasil e no mundo. Hoje nós estamos recebendo visitantes de praticamente todos os países do mundo; celebridades gravam vídeos lá. A gente tem visto na mídia nacional muitos elogios ao Bioparque, não só pelo local de entretenimento e lazer que é, mas também por tudo o que a Maria Fernanda e sua equipe fizeram de inovador naquele belo espaço. O local cuida da conservação das espécies, trata muito bem da inclusão, as pessoas com deficiências conseguem conhecer o Bioparque. Agora estamos comemorando os dois anos de existência do parque, com a Segunda Jornada de Pesquisa e Inovação. Recentemente, o governador do estado disse que o Bioparque é um orgulho para todos nós. Com muita alegria, peço o apoio dos colegas, para que esta moção de congratulação seja aprovada. Vamos incluir a assinatura da deputada Mara Caseiro e do deputado Professor Rinaldo. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Correa Riedel, com a cópia autônoma ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, solicitando a reforma do prédio onde se localiza a Delegacia Especializada de Repressão a Roubos e Furtos, na



Vila Sobrinho. Eu tive a oportunidade de trabalhar na Defurv no ano 2000, quando tomei posse como delegado de polícia. O prédio é espaçoso, mas precisa urgentemente passar por reforma, para dar melhor comodidade aos policiais e melhor atendimento ao público. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Correa Riedel, com cópia ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, solicitando a realização de concurso público de provas e títulos para o cargo de investigador de polícia judiciária, visando diminuir o déficit atual do quadro de investigador e consequentemente aprimorar o serviço de segurança pública desempenhado pela Polícia Judiciária. Este pedido foi encaminhado ao nosso gabinete pelo Sindicato dos Policiais Civis do Estado de Mato Grosso do Sul e pela direção da Polícia Civil. Hoje, há um déficit quase oitocentos investigadores de polícia judiciária. Segundo o levantamento do sindicato, o quadro de investigadores para atender minimamente a demanda deveria ser de mil, novecentos e oitenta policiais. Hoje, todavia, o efetivo é de mil e duzentos policiais. Os investigadores são responsáveis pela elucidação de crimes de autoria desconhecida, de crimes contra a vida, de crimes contra o patrimônio, e têm uma função primordial na segurança pública do nosso estado. Então, a realização de concurso se faz necessária. Conto com o apoio dos colegas. Era o que eu tinha, presidente.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Senhor presidente, eu estava conversando com alguns servidores aposentados, e quero sugerir ao senhor e aos colegas que nós criemos uma comissão permanente de acompanhamento e monitoramento do déficit atuarial, essa questão tão comentada. Dizer que há um déficit não adianta, precisamos buscar alternativas. Vossa Excelência mesmo já disse que existem recebíveis do governo federal, de Mato Grosso; existem formas de ingresso de recursos, compensações, enfim. Eu e a deputada Mara Caseiro, quando saímos da reunião, comentávamos que essa discussão não se encerrará com a votação do projeto. A discussão precisa ser permanente. Em respeito aos servidores aposentados, sugiro que a Assembleia Legislativa participe ativamente do caso, para não chancelar que há um déficit e acabou. Nós precisamos buscar alternativas. Este é o nosso papel. Por fim, presidente, quero informar a todos que, seguindo a sua orientação, hoje eu vou representá-lo na solenidade de comemoração dos cento e cinquenta anos da Comarca de Corumbá, a mais antiga do estado. Peço licença para me ausentar. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vossa Excelência representará a Casa em Corumbá. Os vinte e quatro deputados agradecem. Nós já encaminhamos a questão de ordem do senhor e semana que vem será determinada uma comissão de acompanhamento e monitoramento da situação dos aposentados e pensionistas. Semana passada, nós ouvimos essa questão de auditoria. Eu sou advogado e milito na área previdenciária; portanto não tenho dúvida de que é necessário haver uma preocupação direta com a questão da previdência, até porque se trata do futuro e da vida das pessoas.



DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Isto é permanente!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Exato. Ser irresponsável e discutir o passado não adianta, é preciso pensar que daqui a dez, trinta, cinquenta anos haverá servidores se aposentando; logo, o governo precisa ter dinheiro para pagá-los. A Assembleia Legislativa vai cumprir seu papel com responsabilidade. Agora, nós não podemos vender milagre, como muita gente faz por aí. O que há na Assembleia hoje? Não há nenhum projeto ainda sendo discutido sobre o desconto de 14%. O que veio do governo foi um projeto que oferece um auxílio-saúde para quem ganha até dois salários mínimos e meio. E a Assembleia, por conta do trabalho de uma comissão que formamos aqui, o deputado Pedro Kemp, o deputado Coronel David, fez a proposta de que o auxílio fosse concedido a todos que ganham até 7.800 reais. Vamos fazer uma força-tarefa... É um auxílio. A iniciativa é do Poder Executivo. A Assembleia não pode fazer uma lei e determinar alguma coisa, a iniciativa tem de partir do Executivo. Vamos aprovar o auxílio semana que vem, em regime de urgência. Está bom? E vamos fazer a comissão também, deputado, conforme sugerido por Vossa Excelência.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Bom dia, senhor presidente! Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente do Detran de Mato Grosso do Sul, senhor Rudel Espíndola Trindade Júnior, solicitando a instalação de redutores de velocidade nas vias principais do município de Antônio João. O pedido foi formalizado pelo líder local, senhor Roilson Brum Siqueira. A avenida Eugênio Penzo e a rua João Nunes, por exemplo, recebem grande fluxo de caminhões e carretas, além de veículos e pedestres por conta do comércio local; portanto, é indispensável a instalação de redutores de velocidade nas vias, a fim de garantir a segurança de todos. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Senhor presidente, membros da Mesa Diretora, caras deputadas, caros deputados, senhoras e senhores, todos que nos acompanham pela TV e Rádio Assembleia, bom dia! Requeiro à Mesa Diretora, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação ao senhor Sérgio Marcolino Longen, por sua designação para exercer o cargo de cônsul honorário do Japão em Mato Grosso do Sul. Longen sempre atuou na área sindical, defendendo os interesses empresariais e contribuindo para o fortalecimento do setor produtivo. Logo depois de fundar a Semalo, filiou-se ao Sindicato das Indústrias da Alimentação do Estado de Mato Grosso do Sul (Siams). Em 2005, tornou-se presidente do Siams e diretor conselheiro da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul (Fiems), federação da qual tornou-se presidente, em 2007. Desde então, tem realizado diversas ações e projetos em prol do desenvolvimento



do setor industrial do estado, além de investimentos na área da educação, da saúde e segurança do trabalho e da pesquisa e inovação. Ao incentivar a ambiência favorável ao desenvolvimento do setor industrial do estado, Sérgio Longen exerce, há 17 anos à frente Fiems, forte liderança empresarial. Entusiasta das parcerias comerciais entre Mato Grosso do Sul e o Japão, em recente evento realizado na Casa da Indústria, Longen foi designado cônsul honorário pelo embaixador do Japão no Brasil, Teiji Hayashi, distinção que reconhece o valor e a grandeza de sua trajetória profissional. Indicação. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos - Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, solicitando a construção, com urgência, de faixas de aceleração e desaceleração nos quilômetros 93, 96,5 e 100 (acessos ao assentamento Teijin) da rodovia MS-134, no trecho entre o município de Nova Andradina e o distrito de Nova Casa Verde. O assentamento Teijin abriga quase mil e duzentas famílias, em uma área de 26 mil hectares. Esta indicação foi enviada ao meu gabinete pelo senhor Cido Pantanal, ex-vereador de Nova Andradina. Era o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrados e agradecemos a presença do senhor Luiz Alberto Júnior, secretário de Meio Ambiente do município de Naviraí, e do senhor Osvaldo de Figueiredo (o Maguila), vereador do município de Rochedo. Encerrado o Pequeno Expediente.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu quero me manifestar sobre a proposta feita pelo deputado Paulo Duarte relativa à criação de uma comissão permanente para acompanhar a situação do MS-Prev, o Fundo de Previdência dos Servidores. Aliás, os servidores trazem a proposta [no cartaz] de que seja feita uma auditoria no Fundo de previdência. Acho que isso é importante. Nós precisamos saber a origem desse déficit. Como já dissemos aqui, não são os servidores os culpados pelo rombo na previdência. A outra questão, senhor presidente, a respeito da qual nós da comissão já conversamos muito com o governo é a compensação que Mato Grosso do Sul tem a receber do Mato Grosso. Quando Mato Grosso foi dividido, restou uma compensação ao nosso estado. E a outra questão é a compensação com o próprio INSS. Nós temos que levantar isso. Quero ressaltar que, hoje, na reunião com os secretários, foi colocado que o estado precisa pensar seriamente em abrir concurso público, porque é o servidor que está na ativa que contribui para quem está na inatividade poder receber. O que está acontecendo? Nós vimos, nos estudos que o MS-Prev apresentou para nós, que, para a previdência ficar equilibrada, precisaria de quatro servidores na ativa contribuindo para cada aposentado. Ou seja, quatro por um. Mas hoje temos praticamente um para um. Então, está diminuindo o número de servidores efetivos e aumentando o número de aposentados. O governo, que já teve quarenta e seis mil servidores na ativa, hoje tem trinta e seis mil. Precisa abrir concurso. Atualmente, só na categoria dos professores, dois terços são contratados, e eles contribuem para o



INSS, não para a previdência do estado. Em várias secretarias há um grande número de contratados, os quais contribuem para o INSS. Então, a comissão precisa levar essa situação para o governo. Portanto, o estado precisa abrir concurso e precisa fazer a compensação com o INSS e com o IPMAT, para que haja uma melhoria no Fundo de Previdência de Mato Grosso do Sul. E aí a gente volta a se sentar à mesa com o governo sobre essa situação. Eu penso que a proposta continua sobre a mesa. Por enquanto o que veio foi esse auxílio, mas precisamos continuar discutindo com o governo, para ele pelo menos isentar dos 14% quem ganha até o teto da previdência e cobrar só de quem ganha acima disso. Essa decisão já aliviaria muito para todos aqui. Então, presidente, eu quero reforçar a proposta do deputado Paulo Duarte. É interessante levar essas sugestões ao governo. Não podemos deixar essa discussão morrer aqui. Eu sinto que muitos servidores estão frustrados, eu também fiquei frustrado com essa negociação, mas foi o que conseguimos até o momento, mesmo com todo o empenho desta Casa. Saliento que a decisão sobre previdência não é tomada aqui, ela vem do governo. A proposta inicial ficou muito aquém do que a gente esperava, atenderia quem ganha até dois salários mínimos, agora subiu para atender quem ganha até o teto previdenciário, 7.786 reais. Então, nós avançamos um pouco, mas não podemos parar por aqui. A discussão tem de continuar até que consigamos aliviar para todos, e não só para uma parte dos aposentados. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, só para registrar que, conforme a solicitação de Vossa Excelência, já está determinada a criação da comissão. E eu gostaria de, até em respeito aos aposentados que estão aqui, dizer como nós trabalhamos. Há muito posicionamento político no debate sobre previdência. Nós não estamos trabalhando com posicionamento político-ideológico, estamos trabalhando com responsabilidade, tanto é que não estamos procurando o culpado; não queremos saber se o problema começou trinta ou cinquenta anos atrás, nem tampouco quem pagou ou quem não pagou, nós estamos procurando uma solução. E vamos continuar trabalhando assim. Não há mais oradores inscritos. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: duas indicações (Prot. nºs 00877/2024, 00878/2024). De autoria do deputado Jamilson Name: três indicações (Prot. nºs 00856/2024, 00857/2024, 00865/2024). De autoria do deputado Caravina: duas indicações (Prot. nºs 00875/2024, 00874/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 00873/2024). De autoria do deputado Lidio Lopes: duas indicações (Prot. nºs 00854/2024, 00855/2024). De autoria da deputada Mara Caseiro: um projeto de lei (Prot. nº 00852/2024). De autoria do deputado Marcio Fernandes: três indicações (Prot. nºs 00864/2024, 00858/2024, 00866/2024). De autoria do deputado Neno Razuk: dois projetos de lei (Prot. nºs 00853/2024, 00851/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: duas indicações (Prot. nºs 00872/2024, 00871/2024). De autoria do deputado Pedrossian Neto: uma indicação (Prot. nº 00869/2024). De autoria do deputado Professor Rinaldo: uma indicação (Prot. nº 0870/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 00868/2024). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma indicação (Prot. nº 00867/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 00876/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: quatro indicações (Prot. nºs 00859/2024, 00860/2024, 00861/2024, 00862/2024).). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Não há oradores inscritos. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o quórum para deliberação.



SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT)
— Há dezenove deputados presentes. Portanto, há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 1. Em redação final.
Projeto de Lei nº 016/2023. Autora: deputada Gleice Jane. Coautoras: deputadas Mara Caseiro e Lia Nogueira. "Cria a Comenda Lídia Baís, em reconhecimento à produção artística de autoria feminina no estado de Mato Grosso do Sul, que estabelece o Concurso Anual de Arte Feminina Sul-Mato-Grossense". A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão a redação final... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 016/2023, de autoria da deputada Gleice Jane e coautoria das deputadas Mara Caseiro e Lia Nogueira.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Marcio Fernandes (MDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.



DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulto o senhor segundo secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezesseis votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Projeto de Lei nº 308/2023. Autor: deputado Junior Mochi. O autor não está presente. Projeto retirado de pauta. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 019/2024. Autor: Poder Executivo. "Reabilita, no orçamento do estado, para o exercício de 2024, nos termos que especifica, o Fundo dos Procuradores de Entidades Públicas do Estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 019/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Marcio Fernandes (MDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.



DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Solicito o resultado ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezessete votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 4. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 057/2024. Autor: Poder Executivo. "Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 5.466, de 18 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino e Aprendizagem, sobre o processo de seleção dos dirigentes escolares e dos membros do Colegiado Escolar, no âmbito da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul". Esclarecendo que este projeto é muito importante, pois dá aos diretores eleitos um mandato. Ou seja, mesmo que eles saiam para disputar eleição ou para exercer o cargo de secretário municipal, eles têm uma garantia, já que foram eleitos para um mandato de quatro anos. Então, a Fetems nos fez esta solicitação, nós fizemos gestão, e o governo mandou o projeto. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão...

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Para discutir, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pois não.



DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Quero parabenizar o governo pelo projeto e esta Casa pela gestão! Nós precisamos trabalhar para que mais e mais pessoas participem do processo eleitoral. E quando nós damos aos diretores eleitos, tanto aos titulares como aos adjuntos, a oportunidade de participar das eleições, beneficiamos as mulheres também. Na maioria das vezes, são as mulheres que assumem a direção escolar. E o que ocorria? Quando o diretor escolar participava do processo eleitoral, ele perdia o cargo de diretor, se não fosse eleito. Acho que, além de fazer justiça e equidade, este projeto valoriza os profissionais da educação que estão nos cargos de direção. Nós vamos ganhar com isso melhores candidatos nas nossas eleições municipais. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 057/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Marcio Fernandes (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Declaração de voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar seu voto, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, como já disse o nosso colega Caravina, este pleito é antigo. Quando o diretor participava do processo eleitoral, se não fosse eleito, ele acabava voltando para a sala de aula, porque perdia a vaga na direção. Então a Fetems e vários colegas nos expuseram a situação. A gente fica feliz de aprovar este projeto. Nada mais justo do que a pessoa eleita pelo voto da comunidade escolar poder voltar para o seu cargo de direção, caso concorra no processo eleitoral e não seja eleita. Muitas vezes é difícil montar uma chapa, principalmente de mulheres. Mas, como disse Platão: "Aqueles que não gostam de participar do processo eleitoral serão governados por aqueles que gostam". Então, em um Estado Democrático de Direito não há como mudar a sociedade, se não for pela política. Este projeto é um incentivo, principalmente às mulheres. Quero parabenizar, em nome dos colegas da Comissão de Educação, a sensibilidade do governo em nos encaminhar este projeto. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em votação.



DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Solicito ao segundo-secretário o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezessete votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 5...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Questão de ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para questão de ordem, o deputado João Henrique.



DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — É sobre o Requerimento nº 668/2024. Solicito que Vossa Excelência o submeta à análise, antes de qualquer pedido de vista ou de discussão. O requerimento é antirregimental. O artigo 152 do nosso Regimento Interno diz: "Os documentos lidos em Sessão pelo orador serão mencionados resumidamente na ata e na sua íntegra transcritos nos anais". Então o requerimento trata de documentos que já são publicizados e que não são públicos, partes e teor de depoimentos, que, se transcritos nos anais da nossa Casa violariam até a própria LGPD, uma vez que apresentam dados, endereço, qualificações pessoais dos investigados. E o artigo 33, alínea H, permite que Vossa Excelência determine o não registro de discurso ou aparte, pela Taquigrafia e serviço de gravação, quando antirregimental, uma vez que não se trata de um discurso lido na tribuna. Do mesmo modo o artigo 172 diz: "Será despachado pelo presidente e publicado no Diário do Legislativo o requerimento escrito: alínea B: que solicite a juntada ou desentranhamento de documento." Imagine Vossa Excelência, se nós pedíssemos aqui a transcrição, a degravação da Ação Penal nº 470, que condenou o presidente Lula e que apontou a quantidade de recurso desviado! E que se analise a possibilidade de responsabilização desta Casa e também de Vossa Excelência em incluir nos anais peça inquisitorial e investigativa, uma vez que isso pode configurar violação da Lei de Abuso de Autoridade, que, em seu artigo 38, diz: "Antecipar o responsável pelas investigações, por meio de comunicação, inclusive rede social, atribuição de culpa, antes de concluídas as apurações e formalizada a acusação." Então, que Vossa Excelência proceda à análise e retirada deste requerimento antirregimental da Ordem do Dia.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Esta presidência vai retirar o requerimento de pauta, até porque o autor está ausente. Vossa Excelência é sempre muito zeloso pelo Regimento.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — A gente não consegue acertar em tudo. Mas Vossa Excelência contribui para que erremos menos. Parabéns pela manifestação! Esta presidência tomará as medidas necessárias. Está retirado de pauta o Requerimento nº 668/2024. Item 5. Três requerimentos, vinte e duas indicações e oito moções de congratulação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 6. Em discussão única e votação simbólica. Moções de pesar. Proposta pela deputada Lia Nogueira e transformada pela Casa, em razão do falecimento Luciane Texeira Figueiredo. Proposta pelo deputado Neno Razuk, em razão do falecimento Amelia Martins de Souza e Silva. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Registraremos e agradecemos a presença do senhor Antônio Francisco da Silva, o Zuza, vereador do município de Itaquiraí; e do senhor Joel Cardoso, vereador do município de Itaquiraí. Esta presidência, por determinação do primeiro-secretário, comunica aos servidores da Casa que amanhã, último dia útil do mês de março, o pagamento estará na conta, para que todos possam curtir a Páscoa. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Não há oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, esta presidência vai declarar encerrada a presente Sessão. Está encerrada (10h30min).